

DE 2013 A 2016: AS RUAS E RESSIGNIFICAÇÕES POLÍTICAS

Matheus G. M. Ferreira¹

Fernando Tavares Jr.²

Resumo:

“Nunca foi por R\$ 0,20”. As ruas brasileiras em Junho de 2013 surpreenderam a estrutura política e seus intérpretes. Modelos explicativos tradicionais foram colocados em xeque e lançou-se o desafio de investigar as bases materiais deste processo, seus sentidos e possíveis prognósticos. Através da análise de dados secundários, indicadores sociais e econômicos, resultados eleitorais e interpretação dos principais fatos que descreveram esta conjuntura, este trabalho avança argumentos e propõe hipóteses acerca da “ocupação das ruas” como estratégia de ação política e suas reações conversadoras.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Reforma política, Conservadorismo, Pensamento social brasileiro, Jornadas de Junho.

¹ Mestre em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora. Gomes.ufjf@gmail.com

² Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. ftavares@caed.ufjf.br
CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

Introdução

A democracia brasileira passa por um período de inflexão política *sui generis* a partir de 2013. Entre junho de 2013, com as manifestações que extrapolaram em muito a oposição ao aumento das tarifas de transporte urbano, e maio de 2016, com os movimentos em torno do impeachment, observou-se a reelaboração tanto da gramática dos movimentos sociais quanto das disputas ideológicas no Estado e na Sociedade Civil. Este trabalho dedica-se à análise deste processo através da compilação de evidências empíricas, de diferentes matizes, acerca dos processos e das atitudes sociais observadas em relação à dinâmica política brasileira e aos novos elementos que passaram a caracterizar este processo. Embora o período analisado seja curto (três anos), é importante destacar as diferenças conceituais entre os momentos. Enquanto as ruas de 2013 congregavam demandas, as ruas de 2016 demonstram uma ampla clivagem social. Como veremos mais adiante, a demografia dos movimentos sociais e a análise de suas agendas, darão sustentabilidade a essa distinção. Para aprofundar esta reflexão, faz-se o convite para percorrer quatro argumentos que consideramos relevantes à compreensão do que se passa no Brasil, como também expressão de algo mais global, e suas possíveis decorrências. Em primeiro lugar, faz-se o convite para refletir sobre os movimentos em si. Quem foram seus personagens, líderes e principais protagonistas? Como se estruturaram? Quais foram suas principais motivações explícitas? Qual foi seu *modus operandi*? O que eles teriam (ou não) em comum?

Em segundo lugar, pretende-se ampliar a reflexão sobre as condições materiais que estruturam as contradições motivadoras dos protestos. A par do propagado sucesso econômico, da emergência de “novas classes médias” e do autoelogiado modelo de desenvolvimento social, o que de fato teria mobilizado uma insatisfação coletiva de tal monta capaz de mover milhões de pessoas a saírem às ruas e manifestarem sua contrariedade com o sistema político? Será que a experiência de crescimento econômico e bem-estar, mostrada nas estatísticas oficiais e econométricas, é a mesma experimentada pela população de maneira geral? Onde permitiria interpretar este descompasso?

Em terceiro lugar, pretende-se instruir um diálogo com as raízes da formação do Brasil, sua cultura política e societária. Seria possível identificar nesses elementos expressões contemporâneas de uma mesma condição pré-moderna? Esses traços da “brasilidade”, que de

resto dialogam num espaço social mais amplo da lusofonia, seriam, ao mesmo tempo, sinalizadores e limitadores do avanço social? Tais traços poderiam subsistir à implantação de uma institucionalidade avançada, como a que o Brasil tem aparentemente realizado após a Carta Constitucional de 1988?

Por fim, qual seria então a marca do processo de transformação social brasileiro? As “manifestações” produziram um elemento de fato novo, capaz de instruir um novo tempo na recente democracia brasileira? Quais seriam os potenciais efeitos desejados? Por outro lado, quais seriam os efetivos prognósticos? O que são e o que representaram as manifestações e o que elas implicam na história e no desenvolvimento sociopolítico brasileiro? (e também em outras sociedades que experienciam processos similares)

Junho de 2013: breve contextualização

Junho de 2013 foi surpreendente. Em poucos dias, o Brasil se viu nas ruas. Contudo, embora deixando intelectuais, líderes políticos e de movimentos sociais tradicionais surpresos, não se faz crer que tais mobilizações evidenciam um traço completamente espontâneo. A ideia de *novo* sempre carece de historicidade. O primeiro ato das mobilizações de junho de 2013 não pode ser compreendido como um fenômeno de massas. As manifestações organizadas pelo *Movimento Passe Livre São Paulo* (MPL-SP) e outros similares em outras capitais foram caracterizadas por poucos atores (em sua maioria, estudantes), pauta específica e lideranças identificadas. Seu registro histórico não é frequente e antigo. Decorre de mais de dez anos de organização e mobilização. Em 2003, na cidade de Salvador (BA) e em 2004 e 2005 na cidade de Florianópolis (SC) ocorreram respectivamente a *Revolta da Buzu* e a *Revolta da Catraca*. Em 2012, em Natal (RN) ocorreu a *Revolta do Busão*. Todos esses movimentos voltados para a qualidade do sistema público de transporte e pela mobilidade urbana, cuja *fagulha* é dada pelo aumento das tarifas de transporte público, são similares aos eventos de 2013. O ano 2013 foi então uma data simbólica (dez anos da *Revolta do Buzu*) para a mobilização do MPL. No mesmo ano ocorreu o 4º Encontro Nacional do MPL, impulsionado pela revogação do aumento das passagens em mais de cem cidades.

Em 2005 o *Movimento Passe Livre* (MPL) foi fundado em Porto Alegre (RS), herdeiro da *Campanha pelo Passe Livre*, que já existia em Santa Catarina (SC), definindo-se como “movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário”. O MPL-SP teve participação central nas *Jornadas de Junho*, embora dela tenha participado pouco, abandonando as manifestações no dia 21 de junho. Não fosse o despreparo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que evidenciou o descompasso entre Estado (uso legítimo da violência) e República (garantia de direitos civis, políticos e sociais) expressado pelo excesso de força ao reprimir as manifestações, não estava no horizonte dessas primeiras mobilizações a dimensão de movimento de massa, que no dia 20 de junho levou às ruas 1.405.200 de pessoas.

Cabe ressaltar que este cenário foi antecedido por intensa repressão policial, proporcional à imensa impermeabilidade dos governos às demandas populares. Ficaram célebres vídeos e outras produções que circularam na web: #ogiganteacordou, *vem pra rua* e o mais emblemático *não é pelos 20 centavos*, postado no Facebook por milhões de perfis no Brasil e no exterior, inclusive pelo próprio dono e criador da rede social. Utopias à parte, junho foi o período em que tudo se podia esperar a partir de julho. Inclusive, como os mais moderados lembravam, que nada mudasse. Daí então as quatro questões citadas acima, iniciando por: como compreender o que estava em curso nas ruas? Seria possível fazê-lo dentro das categorias de análise tradicionais? Seria possível enquadrá-lo nos processos sociais conhecidos? Lia-se em todo canto as insistentes tentativas de categorizar tudo o que se via nos moldes mais tradicionais, ainda referentes ao século XIX, ao período da Guerra Fria: Revolução, Golpe, nova cara dos Movimentos Sociais, retorno da Ditadura, Fascismo. Quase todas sem oferecer substrato analítico capaz de avançar caminhos em qualquer direção. Estava-se negando à história qualquer possibilidade de reinventar-se.

Como então superar esse impasse teórico? Em primeiro lugar, reconhece-se que a história não é pré-determinada. Os acontecimentos foram, de fato, originais, na trajetória sociopolítica brasileira. No entanto, suas bases materiais não são novas e merecem atenção para adequada análise sociológica. A partir de categorizações conservadoras ou tradicionais, as manifestações de junho no Brasil, tal como as expressões da *Juventude à Rasca* em Portugal ou *Os Indignados* em Madrid, parecem perder sua originalidade, seu caráter criativo e inovador e, por desenrolar,

características que mais lhe conferem poder político. Não são processos revolucionários nem propõem o rompimento com as estruturas sociais. Os ideais e as reivindicações são típicos do moderno. Somente podem ser compreendidas a partir do sonho / utopia moderna de igualdade, liberdade e *res publica*: “Toda sociedade existe instituindo o mundo como seu mundo, ou seu mundo como o mundo, e instituindo-se como parte deste mundo” (CASTORIADIS, 1982: 222).

Houve críticas ao Estado, mas não a defesa de sua suspensão. Observaram-se anseios por maior presença do Estado: mais urbanidade, mais intervenção e ordem cívica (transporte, segurança), mais serviços públicos de qualidade (educação, saúde), maior participação dos aparelhos estatais na construção de um modo de vida ainda fortemente ligados à social-democracia. De outro lado, tentou-se catalogar o que acontecia nas ruas como uma nova expressão dos Movimentos Sociais. No entanto, no segundo seguinte esquecia-se a proporção que as ruas tomaram e o quanto ampliou e extrapolou a pauta do aumento das passagens. De fato: *nunca foi por R\$ 0,20*. Os objetivos imediatos, claros e gerais estavam aliados a anseios por mudanças mais profundas. Criticava-se o *status quo* de boa parte dos movimentos sociais. Idem em relação à partidização, aos partidos (que *não representam*) e ao sistema representativo. Não havia contestação da República, mas defesa e esperança de realização.

Juventude e a reinvenção da política no século XXI

Embora “sem líderes claros, autogestionário, anarquista, anti sistema político e competidor em relação às mídias tradicionais” (MAGALHÃES, 2013: 22), é possível extrair um retrato das manifestações de Junho de 2013. De acordo com o Ibope, não havia nenhuma clivagem de gênero. Homens e mulheres participaram de forma totalmente equitativa. Os dados que se destacam dizem respeito a faixa etária, escolaridade, ocupação e renda. A faixa etária mais presente nas manifestações de Junho de 2013 foram dos jovens entre 14 e 24 anos de idade, que representaram 43% dos manifestantes. Agregando a estes o grupo de 25 a 29 anos, somam-se 63% dos manifestantes. Há claramente um recorte etário, cuja presença da juventude é a que mais se destaca. Em relação à escolaridade, registrou-se que 49% dos manifestantes havia concluído o Ensino Médio, mas não concluíram o Ensino Superior, ao passo que 43% completaram o Ensino Superior. No tocante à renda, pode-se destacar a presença maciça de jovens de classe média cuja

renda varia entre 2 a 10 salários-mínimos (s.m.) (sendo 30% entre 2 e 5 s.m, 25% entre 5 e 10 s.m. e 23% com mais de 10 s.m.).Descoberta a demografia das manifestações, será que somos capazes de atribuímos uma lógica ou uma linguagem comum aos manifestantes? Segundo Magalhães, dada a polissemia com que os fatos se desdobraram é muito difícil, e qualquer tentativa de definir o movimento esgotaria sua potência, aquilo que se abre quando o novo entra em cena.

A disputa sobre o sentido desses fatos é forte envolvendo esperanças, tensões, medos, mas outro fato é que não há, e nem pode haver, a captura de uma única lógica no que se passa, dado que a essa realidade é um processo aberto, polissêmico e que cruza a política com imponderáveis cursos causais, que não devem ser simplificados para fins de entendimento, ou para forjar rótulos como “perigo de golpe”, “democracia direta”, “primaveras”, “maios de 68”, “movimento de classe média”, “saídos do facebook” e, claro, “anarquismo”. Há a convivência simultânea e em disputa desses argumentos. (MAGALHÃES:2013, p. 22-3)

Magalhães utiliza o conceito de *potentia* de Spinoza para interpretar as manifestações. Partindo da premissa de que *o poder emana do povo e para o povo que se governa*, a *potentia* pode ser observada quando mesmo aqueles que não participavam das manifestações (acompanhavam em casa) apoiavam a ocupação das ruas (80% dos entrevistados). Assim, a *potentia* expressou o reconhecimento da multidão como portadora de sentido. Tal reflexão talvez possa também esclarecer traços de similaridade e originalidade em relação a outros cenários, sociedades e culturas, instruindo também o diálogo no espaço da lusofonia. Neste caso, a análise mais simples e direta das manifestações traz consigo um misto de estranhamento e descoberta.

Porque as manifestações geraram tanta surpresa? Em parte porque nunca haviam ocorrido da forma como ocorreram. No entanto, talvez seja mais surpreendente o fato de nunca terem ocorrido antes. Mais ainda ao se constatar que nunca ocorreram exatamente numa das sociedades mais desiguais do mundo, o que é um traço lusófono. Em Portugal também se observa expressiva desigualdade, uma das maiores da União Europeia, quanto a transição não violenta ou *não revolução*, vide *Cravos*. São expressões de uma modernidade diversa. Nossa modernidade certamente não é a modernidade descrita em obras canônicas das Ciências Humanas e Sociais. Temos formas diferentes de transitar ao moderno e desenvolver uma forma própria de avanços:

graduais, não violentos, embora conversadores e dependentes. A compreensão da forma como o Brasil realiza sua modernização conservadora, nos moldes de uma Revolução Passiva, importa sobremaneira para compreender o papel que esses novos atores e formatos de participação alteram a estrutura e o jogo político. É ingênuo imaginar nas manifestações um princípio *revolucionário* ou ruptura. São *transições* em curso, sempre em curso...

A autotransformação da sociedade diz respeito ao fazer social - e, portanto, também político no sentido profundo do termo – dos homens na sociedade e a nada mais. O fazer pensante e o pensar político – o pensar da sociedade como se fazendo – é um componente essencial disso (CASTORIADIS: 1982, 418).

Como em vários outros momentos da história social brasileira, a Juventude foi a protagonista do movimento, o qual liderou e catalisou forças e demandas coerentes e plurais. Tal como no período ditatorial, tal como na transição para a democracia e as *Diretas Já*, tal como os *caras pintadas* e o *impeachment de Collor*, foram os jovens que vislumbraram as contradições de um modelo sociopolítico de desenvolvimento em crise, empoderaram pautas específicas com conteúdo genuinamente moderno, republicano, social-democrata e de maneira sinérgica catapultaram uma luta específica em um processo global de questionamento social. No entanto, muito diferente de todas as experiências anteriores, não houve tutelas tradicionais (como partidos, sindicatos e movimentos). São também jovens mais escolarizados, de classes trabalhadoras, com pouca (ou nenhuma) experiência política. A solidariedade e a identificação (de posições sociais, interesses e valores), mutuamente produzidas, contribuíram para um efeito autônomo e condutor das ações. Em grande parte, negando e criticando as lideranças tradicionais e seus aparatos institucionais, como os partidos políticos.

Occupy Wall Street, a *Juventude à Rasca*, *Los Indignados*, a *Primavera Árabe*, dentre outros movimentos sociais contemporâneos têm características semelhantes, como a liderança dispersa, a mobilização via novas tecnologias, em especial, através dos instrumentos de redes sociais. Destaca-se também o papel de jovens diplomados de classe média, que não encontram na sociedade a realização das promessas desta fase claudicante do modelo de desenvolvimento capitalista e as contradições decorrentes de sua reconfiguração em função dos processos de transformação em curso: a crescente integração de mercados, moedas e transações com todos os

seus limites e efeitos colaterais; a desindustrialização e o desemprego estrutural, acompanhados de novas carreiras e empregabilidades e trajetórias profissionais; a expansão do ensino superior, a inflação de credenciais e as frustrações adjacentes.

Afinal, o que foi novo? Como destacado, o anonimato, o desconhecimento deste novo ator (e também opositor), a quase inexistência de lideranças identificadas. No tabuleiro político, como em qualquer teatro de batalhas, os atores tradicionais encontraram-se diante de um *novo jogo* dentro do conhecido e controlado *jogo político* tradicional. Cabe memória do impeachment de Collor, que colocou juntos na base aliada ao governo do PT no Senado, Lindberg Farias (então líder dos *caras pintadas*) e Fernando Collor (então presidente deposto). Em 2013, a dinâmica foi inversa. As bases materiais apontam novas condições objetivas e subjetivas. As redes sociais, o acesso ao ensino superior, novos processos identitários, globalização da informação e do consumo, enfim, de fato há para esta geração vários elementos completamente novos em sua formação social, bem como em sua ação social. São jovens que conheceram outro modo de se produzir e se reconhecer no mundo. Agora, ao transitarem etapas dialéticas em direção à vida adulta, começam também a imprimir novas marcas na sociedade em que vivem. Essas novas bases materiais, em suas expressões objetivas e subjetivas, merecem atenção para conhecer quem são esses novos atores, o que pensam, como agem e de certa forma indicar como podem transformar as sociedades em que vivem, tanto localmente, quanto globalmente.

A indeterminação e a Criação Histórica

Ora, se todas as categorias tradicionalmente mobilizadas não deram conta do que acontecia, o que então mobilizar para compreender o que ocupava as ruas e agitava a sociedade. Mais uma vez, em vez de lançar mão de conceitos históricos ou econométricos, reiterados pela imprensa em sua falsa ingenuidade, parece ser na Sociologia que se encontram as melhores ferramentas para esta análise. Referência pertinente à *Criação Histórica* e ao *Imaginário Social*: uma coletividade, diante de dilemas concretos e interesses objetivos, após sucessivos movimentos em acúmulo quantitativo de experiências, torna-se capaz de criar, dialeticamente, algo completamente novo e imprevisível em sua própria história, escrevendo-a e produzindo soluções poderosas e surpreendentes para o poder instituído, que muitas vezes é posto em cheque, sofrendo,

ele mesmo, transformações. A imprevisibilidade, a inovação, a criação são marcas das sociedades em sua marcha histórica criativa:

A história não pode ser pensada dentro de nenhum dos esquemas tradicionais de sucessão. Porque o que se dá em e pela história não é sequência determinada do determinado, mas emergência da alteridade radical, criação imanente, novidade não trivial (CASTORIADIS: 1982, 220).

Este aspecto é fundamental para compreender a mudança qualitativa que marcaram aqueles processos. Por outro lado, negar a possibilidade de criação histórica e sua imprevisibilidade, ao achar que conhecemos os rumos e a marcha da história, é negar uma das características mais ricas de nosso objeto: sua capacidade de transformação / mutação / metamorfose. Para desenvolver esta reflexão, propõem-se uma análise de três dos elementos fundamentais: (1) a formação de uma coletividade a partir de indivíduos que passam a se identificar enquanto membros, partilhar desafios (e também sofrimentos) comuns bem como os interesses decorrentes e os laços que mantém este coletivo ativo e unido; (2) a situação material experimentada por este grupo e as impossibilidades de superação de seus dilemas através dos meios tradicionais de ação; (3) o imaginário partilhado e, a partir de seus elementos, como esta linguagem torna-se instrumento para um rearranjo da ação social e invenção histórica, após sucessivos (quantitativos) embates históricos, materiais, objetivos, dialéticos. Esses três elementos se materializam na produção da *Criação Histórica*. Logo, a partir dela, convida-se para reconstituir sua produção histórica. Através deste percurso, propõem-se analisar as manifestações no Brasil, tais como expressões sociais similares em outras partes do mundo. Somam-se reflexões críticas a essa perspectiva, sugerindo avanços analíticos frente a experiência deste início de século.

Junho de 2013 a luz das eleições 2014: uma nova guinada política?

Tendo em vista o potencial criativo de Junho de 2013, esperava-se que os resultados objetivos seriam observados para além da resistência contra o aumento das tarifas das taxas de ônibus, mas canalizados para a consolidação e uma democracia mais inclusiva e de políticas públicas mais Republicanas. Especulou-se que uma nova agenda política seria imposta, versando

questões como reforma política e mobilidade urbana, sendo esta arquitetada com maior participação da sociedade civil ou levando em conta suas demandas e anseios. Contudo, as eleições 2014, mais especificamente as eleições para Parlamento Federal, mostraram que as pautas das ruas de 2013 não se convergiram para as instituições políticas tradicionais. Segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, as eleições de 2014 formaram o Congresso mais conservador desde 1964. O número de parlamentares situados à *direita* do campo ideológico aumentou em relação aos de *esquerda*. Somado a isso, o Parlamento apresentou um caráter partidário mais dissipado, com ampliação de partidos pequenos. Essa recuperação da direita deve ser percebida como um novo movimento conservador, não restrito a seus partidos tradicionais (PSDB, DEM, PP e PSD), mas com novos atores (destaque para a bancada evangélica), como se observa na tabela abaixo:

Tabela 1 – Partidos na Câmara Federal em diferentes Legislaturas³

Quantidade de Parlamentares por Partido			
Partidos	Mandato 2010-2014	Mandato 2014-2018	Variação % (+ ou -)
PT	88	70	-20,45%
PMDB	71	66	-7,04%
PSDB	44	54	22,73%
PP	40	36	-10,00%
PSD	45	37	-17,78%
PSB	24	34	41,67%
PR	32	34	6,25%
PTB	18	25	38,89%
DEM	28	22	-21,43%

³ * Partidos categorizados à Direita e ** Partidos categorizados como “Fisiológicos”.

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

PDT	18	19	5,56%
PRB	10	21	110,00%
SDD	22	15	-31,82%
PSC	12	12	0,00%
PROS	20	11	-45,00%
PCdoB	15	10	-33,33%
PPS	6	10	66,67%
PV	8	8	0,00%
PSOL	3	5	66,67%
PHS	0	5	-
PTN	0	4	-
PEN	1	2	100,00%
PMN	3	3	0,00%
PRP	2	3	50,00%
PSDC	0	2	-
PTC	0	2	-
PRTB	0	1	-
PSL	0	1	-
PTdoB	0	1	-

Fonte: Câmara dos Deputados e TSE in <https://xadrezverbal.com/2014/10/06/eleicoes-2014-o-congresso-nacional-analise-de-composicao/>.

Tal resultado colocou a política brasileira diante de uma outra aporia: a da governabilidade. Em prol da governabilidade, ou seja, das condições favoráveis ao governo,

alianças espúrias, não orgânicas do ponto de vista ideológico, são privilegiadas. Dá-se a isso o nome de *política de coalização*, que consiste na troca de apoio parlamentar por pastas ministeriais ou cargos nas instituições públicas federais (como Banco do Brasil, Petrobras). Ou seja, a coalizão é formada através de uma rede de troca de favores e cargos, e não por afinidade ideológica ou agenda política. É importante destacar que os partidos conservadores (à *direita*) que estão ganhando espaço, não são os mesmos de tempos ditatoriais (com outras legendas, como PP e DEM). Os partidos que adquiriram força são *micropartidos*. O PSD, novo partido de direita, sobrevive, paradoxalmente (em relação aos pares), graças a alianças com o governo.

Pós-eleições e os novos movimentos sociais

A vitória de Dilma Rousseff em 2014, a quarta consecutiva do PT para Executivo Federal, gerou reação antidemocrática em seus adversários, indispostos a aceitar a derrota. Acusações ao PT e à gestão da candidatura vencedora sempre tiveram amplo espaço midiático. As eleições revelaram de fato um Brasil dividido e mais conservador. Na base material deste processo sempre esteve a crise econômica e as contradições típicas das classes médias, que por definição ocupam uma posição contraditória de classe (cf. WRIGHT, 1985). A economia brasileira experimentou retração desde 2012. Em 2011, o PIB brasileiro, segundo o Banco Mundial, foi estimado em 2,62 trilhões de dólares. Em 2012, caiu para US\$ 2,46 trilhões. Em 2013, houve estagnação em torno de US\$2,46. Em 2014, registrou-se nova queda, alcançando US\$ 2,41 trilhões. A taxa oficial de desemprego, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), e também disponibilizado pelo Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (IPEA), foi estimada ao final de 2011 em 4,7% e em dezembro de 2012 ainda estava em 4,6%. Em junho de 2013, estava em 6%. Em outubro de 2015, chegou a 7,8%. Embora números relativamente baixos se comparados com outros países, cabe lembrar que a pesquisa considera apenas as mais importantes regiões metropolitanas, onde a atividade econômica é mais intensa, e as estimativas são subestimadas em função do subemprego, trabalho informal e outras categorias de inserção marginal no mercado de trabalho que *mascam* o desemprego real. A massa salarial, como esperado, também retraiu no período. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) mostra que a massa salarial real habitual (sem o décimo terceiro

salário) diminuiu 10% entre novembro de 2014 e maio de 2015. Foi a maior queda registrada na série história, superando a crise de 2003.

A crise econômica está na base da crise política. Há décadas, latino-americanos tendem a priorizar desenvolvimento econômico, mesmo em detrimento dos direitos políticos e da democracia, como apresenta o célebre relatório do PRODDAL (2004). As dificuldades e equívocos de governança estão relacionados à crise atual, incluindo decisões de governo logo após a eleição de 2014, e principalmente ao esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico. Sem apoio popular, sem base política, em recessão e sem projeto de superação das crises, qualquer governo democrático tende a ser pressionado e está mais sujeito a instabilidades e desconfianças. Soma-se a este ingrediente o interstício até novas eleições e tem-se um cenário que tende à anomia, em que se constata a incapacidade de governo mais o hiato eleitoral, que também estavam no cenário dos anos 1990 (Collor).

A crise se acentuou com a ruptura entre PT e PMDB na Câmara dos Deputados, quando o PT tentou lançar candidatura própria (Arlindo Chinaglia, PT), em oposição a Eduardo Cunha (PMDB). Para Avritzer (2016), a crise “começa com a eleição do Eduardo Cunha, que enfraquece demais o Executivo”. A vitória do PMDB no Parlamento selou o fim da governabilidade logo no início do mandato. Cunha prometeu que sua gestão mandato seria uma fratura para o governo petista (e realmente o foi). Abriu-se um panorama de crise política, falta de governabilidade, escândalos de corrupção e avanços nas investigações da Operação Lava Jato em um cenário de profunda crise econômica. Neste contexto, as ruas se tornaram palco de novas mobilizações, cujas bandeiras e manifestantes eram consideravelmente diferentes de 2013. Os novos movimentos eram coordenados por grupos como *MBL*, *Revoltados* e o *Vem pra Rua*. Estes três movimentos eram abertamente favoráveis a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Suas manifestações em São Paulo e Rio de Janeiro congregaram mais de 1 milhão de pessoas. Tais grupos recebiam apoio financeiro e logístico de grandes associações econômicas nacionais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e de partidos políticos.

Ao observar o perfil dos manifestantes, segundo pesquisas de opinião no dia dos atos em São Paulo, observa-se uma clara diferença entre os cidadãos que manifestaram em 2013 e os que

manifestaram em 2015 e 2016. Os manifestantes apresentam uma taxa de escolaridade de Ensino Superior de 77%; 18% Médio e; 4% Fundamental. A maioria dos participantes eram homens com mais de 36 anos. Em termos etários, 40% dos manifestantes apresentavam idade de 51 anos ou mais; 33% entre 36 e 50 anos e; 19% de 26 a 35 anos. Não se pode dizer que a juventude foi às ruas, como observado em 2013. Em termos de renda, 17% recebiam mais de 3 a 5 salários; 26% recebiam mais de 5 a 10 salários e; 24% recebiam mais de 10 a 20 salários. Um movimento típico de classe média – eleitorado derrotado nas eleições 2014.

Não é somente por esse movimento que categorizamos a inflexão democrática. Não é por se tratar apenas de um movimento que se posiciona à direita nas esferas política, social e econômica, mas pela posição deste grupo com relação a temas reconhecidamente progressistas no campo dos direitos (civis, políticos e sociais). Não só os movimentos da sociedade civil, mas a formação de bancadas conservadoras (Bancada BBB⁴) nas casas Legislativas. A inflexão democrática sinaliza por uma ruptura não apenas eleitoral, mas também contrária a elementos centrais da cultura democrática e da própria estabilidade institucional, o que impede a governabilidade. É importante frisar ainda, como lembra Codato (2016), que essa *nova* direita não é a mesma nas diferentes esferas da sociedade, distinguindo a direita conservadora da reacionária (reação contra as transformações da sociedade). A primeira atua mais na esfera política (do Estado), sobre agendas econômicas mais oligopolistas e patrimoniais. A segunda atua na sociedade, na rua, de forma mais violenta e repressora em termos de valores sociais e políticos, apresentando maior apelo moral do que a primeira. Esses novos movimentos ganharam as ruas, viram nas Jornadas de Junho que as ruas podem ser um *locus* de disputa ou de afirmação direta de interesses e insatisfações. Completa Avritzer (*ibid*) que "quem chega a este Governo são os setores mais conservadores do PMDB que adquiriram uma hegemonia nos últimos dois anos", e neste processo "ele está se consolidando como o fim do que podemos chamar de Nova República (...) que vai da redemocratização até os dias de hoje", que pode ser descrito sinteticamente como "um período marcado por um pacto de ampliação de direitos inscritos na

⁴ *Bancada BBB* é referência à bancada conservadora formada em torno de *lobbys* tradicionais, como os compostos por partidários do *lobby* do agronegócio (Boi), *lobby* das armas (Bala) e evangélicos (Bíblia).

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

Constituição de 1988 (...) representado também pelo fato de o PMDB ter rompido essa relação entre centro e esquerda que ele encampou durante todo esse período".

No entanto, em primeira análise, tais insatisfações materiais e políticas não teriam encontrado vias democráticas de ruptura com o governo já eleito, mas sem realizar suas promessas de campanha e seu plano de governo, que alicerçou esperanças eleitorais. Não teria havido, portanto, ações próprias de ruptura institucional. Houve ações de insatisfação e desejo de “derrubada” do governo, algo não previsto na atual Constituição. A própria “forma de governo” recebeu críticas, dados seus sinais evidentes de esgotamento e a necessidade de superação do que foi batizado de *presidencialismo imperial*. As críticas, portanto, mostraram-se muito mais profundas. Segundo o ex-presidente (e sociólogo) Fernando Henrique Cardoso (2016): “A legislação partidária e eleitoral criada a partir da Constituição de 1988 não corresponde mais aos anseios do povo, nem cria as condições de governabilidade que a sociedade requer”. Segundo Scharzman (2016), a questão central é que a decisão deixou de ser legal, do Judiciário, e tornou-se política, do Congresso e, “quando passar a tempestade, vamos ter que rever em profundidade nossas instituições políticas, colocando limites mais claros ao poder de arbítrio do Executivo, e melhorando a representatividade e responsabilidade pública dos membros do Legislativo”. Estranha-se, portanto, *o estranho silêncio das ruas* tanto à direita quanto à esquerda, quando se deflagrou o processo de impeachment. De um lado, por ter aparentemente alcançado seus reais objetivos. Nas palavras de Ruffato (2016), “o silêncio das ruas e avenidas espelha com clareza que os protestos nunca visaram o desmando que tomou conta da máquina do Estado, mas tão somente refletiam o inconformismo dos que perderam as eleições”. Na interpretação de Avritzer (*ibid*), soma-se o desgaste do processo: “não é que as pessoas estejam achando o Temer uma solução boa (as próprias pesquisas mostram isso), mas acredito que a sociedade está cansada de se mobilizar”. De outro lado, também não se avançaram grandes manifestações em defesa do governo eleito ou em prol de novas eleições gerais, à espera de desenrolar dos processos em curso e na expectativa do possível retorno de Lula à disputa eleitoral, revelando um cenário em aberto, em disputa e com evidentes efeitos perversos à sociedade e à democracia. Segundo o mesmo Avritzer (*ibid*): “Há uma adaptação do Executivo ao padrão político do Congresso Nacional (...) a essa política do varejo”.

De outro lado, os próprios atores alteraram suas posições e reações ao longo do processo. Observa-se metaforicamente algo similar ao processo de luto ou cinco estágios da morte (KÜBLER-ROSS,1996). No primeiro momento, o PT e sua militância adotaram posição de negação do processo. Inócuas atitudes de negar o envolvimento nos casos de corrupção, negar a crise econômica e também a anomia política pelos entraves da governabilidade, contrariando a plataforma pela qual o então governo foi eleito. Num segundo momento, quando negar não era mais possível, adotou-se a *raiva* e os ataques a qualquer ponderação contrária – nomeadas todas como *golpe*. Sucedeu-se a *barganha*, inicialmente para a conclusão do mandato. Depois, para o não afastamento da presidência, seguido pela orientação a votar a favor da candidatura de Rodrigo Maia (DEM/RJ – de espectro político oposto) para a presidência da Câmara, em detrimento de um sucessor apoiado por Eduardo Cunha (PMDB), partido antes coligado ao PT, a qual pertence o Vice-Presidente (logo, Interino) e que tornou-se opositor. Após *barganhar*, *aceita-se* gradualmente a derrota e adota-se estratégia de defender novas eleições (ainda que sem renúncia da Presidente eleita). Essa breve narração permite observar a fragilidade ideológica e programática dos partidos, sua disposição quase exclusiva por ocupar o poder e obter através disso as benesses que efetivamente instruem sua ação plutocrática, reiterada pela ausência de projeto de desenvolvimento, vazio programático e de políticas públicas, desapego a princípios ou diretrizes identitárias, tornando-se similares no exclusivo projeto de poder, nas práticas de corrupção, na infidelidade e outros comportamentos plutocráticos (ou cortesãos) que estão presentes em todas as legendas.

Não à toa, a mudança de governo pouco se reflete em práticas distintas e a insatisfação a população é expressa em pesquisas de opinião (IBOPE, 2016 *apud* ROSSI, 2016) que se seguiram aos primeiros meses do governo interino. Segundo a pesquisa, realizada entre 24 e 27jun, 66% dos brasileiros não confiam em Temer e a maioria (53%) não aprova a forma como o peemedebista vem conduzindo o país. A avaliação positiva do Governo Temer é de 13% e para 44% dos entrevistados não há diferença entre os Governos Dilma e Temer. Para 25% o Governo Temer é pior e para 23%, é melhor do que a gestão petista, diferença inferior à margem de erro, o que reitera a percepção de insatisfação e indistinção.

As bases materiais e o conflito posicional

Como anunciado anteriormente, analisaremos as condições materiais que contextualizam e em grande medida criam as condições objetivas para a eclosão desses fenômenos. Neste caso, há uma dualidade pouco evidente nas análises reducionistas que se fazem das sociedades contemporâneas. Em certa medida, todas acabam por se referir à economia: está ruim porque se está em crise x está bom porque se experimenta crescimento econômico e desenvolvimento. Sociedade e Economia se cruzam, obviamente, mas não se reduzem. A economia opera dentro de uma sociedade, e não o inverso.

A economia no sentido mais amplo (da produção ao consumo) passa pela expressão por excelência da racionalidade do capitalismo e das sociedades modernas. Mas é a economia que exhibe de maneira mais surpreendente a supremacia do imaginário em todos os níveis. É esse visivelmente o caso no que se refere à definição das necessidades que ela é suposta atender. Mais do que em qualquer outra sociedade, o caráter “arbitrário”, não natural, não funcional da definição social das necessidades aparece na sociedade moderna, precisamente devido ao seu desenvolvimento produtivo, a sua riqueza que lhe permite ir além da satisfação das “necessidades elementares (CASTORIADIS: 1982, 188).

Críticas fulcrais à ode ao crescimento e à visão reducionista do processo socioeconômico têm sido feitas desde a década de 1970. O crescimento material não gera, de maneira direta, nem desenvolvimento social e nem melhoria das condições de vida. A expansão do consumo tende a gerar degradação das condições de uso e principalmente deterioração do valor do bem, dada a inflação e a competição posicional. Isso se dá em grande parte pela dialética entre as economias material e posicional. A transição entre uma e outra é largamente desconsiderada pelas análises superficiais de conjuntura. Muitas vezes, é mesmo difícil de ser notada, até que se esteja diante da crise.

Soma-se a este dilema a questão da regulação moral das condições de consumo, produção e uso. Por mais que se insista na reificação do *homo economicus*, como produto, produtor e produção do capitalismo, os indivíduos estão inseridos em sociedades e grupos que se regulam, organizam e produzem identidades de forma muito distinta e autônoma em relação ao (reducionista) universo econômico. No caso específico de junho de 2013 no Brasil, a mudança

das condições de vida e perfil da juventude produziu um efeito completamente diverso do previsto. A universalização do direito à educação, a crescente expansão das matrículas no ensino superior, a ampliação do acesso à internet, o consumo de eletrônicos e bens duráveis, as redes sociais e novas *media*, a regularidade democrática e dos ciclos políticos, a estabilidade econômica, dentre outras mudanças recentes, produziram uma geração de jovens com características completamente distintas das gerações anteriores bem como imersa num conjunto de experiências materiais e identitárias típicas do século XXI. Essas condições objetivas, em grande parte, negligenciadas, produziram uma base material, geracional e populacional capaz de dar corpo às manifestações, ocupar as ruas, causar impacto significativo na sociedade brasileira. No entanto, essas parcelas da população mantiveram seu voto à esquerda do campo político, compondo ainda parte expressiva do eleitorado que viria a reeleger Dilma Roussef em 2014. De igual forma, vale lembrar também a derrota do PSDB no segundo maior colégio eleitoral do Brasil, Minas Gerais, controlado pelo partido desde 2003 com a primeira gestão de Aécio Neves – principal opositor de Dilma Roussef em 2014. Foi Fernando Pimentel (PT), um aliado histórico de Dilma Roussef, eleito governador de Minas Gerais, revelando o caráter plural das ruas em 2013. Manifestava-se anseio por mudanças, mas não o cunho conservador observado em 2015-16. Todavia, como lembra Avritzer, há também relações entre os momentos: “Antes de junho de 2013, a agenda conservadora estava lá, mas ela não ganhava expressão pública. Depois, começou a ganhar. O PMDB encampou isso”.

No caso de 2015 e 2016, as manifestações de rua foram caracterizadas pelo caráter reacionário, questionando todas as transformações sociais destacadas no parágrafo anterior. As classes populares que ascenderam socialmente via consumo, começam a ocupar os mesmos espaços que antes eram exclusivos de setores médios ou privilegiados. Shoppings, aeroportos, Universidades, hospitais e escolas particulares, automóveis (trânsito) começam a fazer parte do *habitus* de camadas emergentes. Como a distinção é um dos elementos centrais na manutenção da desigualdade estrutural que caracteriza a formação do Brasil, ao ver “socializadas” suas tradicionais posições de classe, camadas médias se veem na encruzilhada de criar outros mecanismos de distinção, ou interromper o acesso aos bens e serviços caracterizam sua posição tradicional e suas possibilidades de reprodução.

Raízes sociológicas e Movimentos Sociais no Brasil

Soma-se à análise outro argumento, direcionado à singularidade do processo brasileiro. A par de características globais e da aparente dispersão de pleitos, lideranças, demandas, é possível identificar traços que de fato constituíram poderoso catalisador para eclosão dos movimentos. A herança patrimonial, com forte indistinção entre público e privado, distanciamento da norma, dos valores republicanos e das bases da representação, acabaram por constituir uma democracia afastada de sua fonte primária do poder, o próprio povo. Se a Constituição, talvez apenas demagogicamente, mantenha a ode aos ideais mais modernos⁵, o que se observa no cotidiano, nas ruas, está e sempre foi muito distante disso. A clivagem social é uma das principais decorrências da produção social brasileira, caracterizada pela desigualdade estrutural. As estruturas de poder se mantêm isoladas, blindadas, distantes, impermeáveis à população, exceto em meses antecedentes às campanhas, em que prospera o clientelismo. A formação aristocrática da sociedade brasileira, na qual a desigualdade é estrutural e molda as relações sociais e de produção, reitera-se e se reproduz na institucionalidade moderna. Neste mesmo contexto de investigação de casos de corrupção, um dos procuradores envolvidos na operação Lava Jato, denota o desvirtuamento das instituições republicanas ao outorgar *foro por prerrogativa de função (foro privilegiado)* mais de 22 mil pessoas, tornando a exceção uma regra para castas aristocráticas próximas ao poder (2015): “fugimos de um parâmetro excepcional”. Lembrou ainda que “a primeira condenação de pessoa com prerrogativa de foro pelo STF demorou mais de 100 anos para acontecer” e mesmo assim foi um caso excepcional e raro. Por fim, coube a comparação com institucionalidades similares em outros países: “Enquanto a Suprema Corte Americana julga aproximadamente 100 processos por ano, nossa Suprema Corte julga 100 mil processos por ano”. O caso citado “mostra que não existem condições operacionais para que isso (casos de corrupção) seja processado por uma Corte tão especial”, o que leva à impunidade, à letargia nos procedimentos. Luís Roberto Barroso (2016), ministro do STF, manifestou publicamente insatisfação com o tema, argumentando que é preciso acabar ou reduzir

⁵ “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” (Art 1º Par. Único da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

drasticamente o foro privilegiado no Brasil e reconhecendo sua origem: “uma reminiscência aristocrática, (e...) não republicana (...). Frequentemente leva à impunidade, porque é demorado e permite a manipulação da jurisdição”. Eis mais um exemplo da modernização conservadora que caracteriza o processo histórico da formação social brasileira.

Para além de questões técnicas, a interpretação guarda traços culturais e institucionais históricos e profundos. Relembra Cano (2016) “o ditado popular brasileiro que aos amigos devemos tudo e aos inimigos, a lei”. A aplicação seletiva da lei, tão marcante na história e produtora de níveis diferentes de cidadania, em função da desigualdade estrutural, estaria hoje sendo reiterada no topo do poder: “implicitamente, entende-se que não podemos aplicar aos amigos a mesma lei que reservamos aos inimigos ou, ao menos, não da mesma forma. A máxima é perfeita para entender o processo político que o Brasil vive hoje”. De fato, um traço marcante da formação social brasileira “a distância entre o país das leis e o país das ruas”, vide *A Casa e a Rua* (DAMATTA, 1991). Avançando a interpretação, segundo Cano “o ritual do impeachment se arrasta como uma farsa jurídica, com depoimentos de peritos que são basicamente irrelevantes”, sendo “o processo de impeachment o maior expoente dessa tendência mais ampla a usar a lei de forma seletiva”. Conclui que “desse modo, o Brasil troca um sistema formalmente presidencialista por uma espécie de parlamentarismo pela porta dos fundos, em que coalizões políticas podem forçar uma mudança de um presidente eleito usando a lei como desculpa”.

Não à toa esta também seja uma marca do funcionamento político: diante da lacuna de normas, direitos efetivos ou instituições que funcionem, resta a submissão e a dependência do laço pessoal para acesso ao Público, ao Estado, ao Direito. É a própria inversão da utopia moderna: a estruturação de uma miríade institucional avançada, aparentemente em sintonia com as democracias contemporâneas, mas que opera de forma arcaica, pré-moderna, dependente dos laços pessoais e das relações de subserviência. De nada adianta a existência de uma institucionalidade formal se seu funcionamento é o exato inverso do prescrito, se suas normas e regras não são aplicadas, ou se somente o são para aqueles que antes recorrem ao tráfico de influências, ao capital social. Alguns ditados populares são ricos em sentido e coerentes: *aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei* ou *você sabe com quem está falando?* ou *quem tem padrinho não morre pagão*. Ora, se é esta a ordem (como sempre o foi), o que há de novo e de velho então

em 2013 e em 2015? Em parte, novos atores, mais atores. Por um lado, jovens que conquistam direitos, acessos, que ingressam pelas beiradas na sociedade moderna. E querem mais. Percebem que não é viável nem justo depender de favores ou favorecimentos (até porque em geral não o são, ao contrário, são os preteridos) e apontam para o direito, o moderno, o justo como o caminho para sua realização social. Só é possível universalizar direitos se as normas valerem para todos e se também forem universais acessos, tratamentos, benefícios, regras. Do outro lado, uma parcela da sociedade reacionária à universalização dos direitos. Daí a rejeição ao foro privilegiado, a revolta contra a impunidade, a objeção aos limites para investigação e ação da Polícia Federal (que também motivou cartazes contra a PEC 37)⁶. A política de coalizões, que coloca o PT ao lado da aristocracia e oligarquia que sempre se manteve próximo ao poder, faz da política um mercado de cargos, ministérios, orçamentos, emendas. Opera de forma completamente inversa de qualquer defesa da República, do bem comum, dos interesses nacionais. Os políticos envolvidos em seguidos escândalos de corrupção (como *Mensalão*, *Lava-Jato* e outros) são exemplo de um funcionamento político cancerígeno. As pautas das manifestações talvez estivessem dispersas ou amorfas ou difusas ao primeiro olhar. Uma observação mais atenta permite identificar que elas traziam consigo a crítica a um sistema de poder afastado da população. Surdo a suas vozes. Impermeável a seus pleitos. Danoso à República. Sistema representativo que pouco representa a população, mas apenas a si mesmo. Democracia sem *demos*. Não à toa a rejeição aos partidos e suas bandeiras. As manifestações, enquanto interpretação mais ampla do Brasil, são também (e talvez principalmente) uma crítica aos *donos do poder*.

De outro lado, também não se conseguiu amadurecer a crítica para identificar que as raízes desses males não são apenas comportamentais, mas notadamente estruturais. O sistema partidário brasileiro é produtor e mantenedor de castas e *côrtes*. O orçamento e os fundos partidários, os salários e os benefícios aos políticos de todas as esferas, o acesso (chantagista) ao orçamento público e suas emendas, o esvaziamento ideológico e propositivo, os direitos

⁶ A Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 (PEC37) sugeria incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública, limitando o poder de investigação de diferentes órgãos republicanos. O item adicional traria a seguinte redação: "A apuração das infrações penais de que tratam os §1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente". Isso implicaria uma limitação às Comissões Parlamentares de Inquérito e outros órgãos democráticos de controle. A PEC 37 foi objeto de críticas pelas manifestações de junho de 2013 e foi arquivada pelo Parlamento em 25/05/2013.

exclusivos, os foros privilegiados, enfim, toda a estrutura que isenta e previne o contato desta casta com a população, exceto em midiáticos períodos eleitorais, cujos resultados são em grande parte incapazes de mudar qualquer coisa, uma vez que os partidos controlam as candidaturas e as possibilidades de participação. Se votar em A ou B pode ser diferente, a atuação de A ou B tende a não ser. Não importaria então a dinâmica democrática, uma vez que a competição é apenas por poder e há poucas diferenças entre as candidaturas. Era uma mesma crítica: o poder no Brasil permanece distante do povo e refém de sua *côrte*, que aprendeu a jogar a dinâmica democrática em proveito próprio e acabou por envenenar seu funcionamento. Encontramos aqui algo em comum entre os dois movimentos: o desencantamento com a forma com que se faz política no Brasil.

À guisa de conclusão: um convite à reflexão

Para desenvolver esta reflexão, fez-se o convite para percorrer quatro argumentos potencialmente relevantes à compreensão do que se passa no Brasil, como também expressão de algo mais global, e suas possíveis decorrências nas próximas décadas. Em primeiro lugar, fez-se o convite para refletir sobre os movimentos em si. Quem são seus personagens? Como se estruturam? Quais suas motivações? Qual é seu *modus operandi*? O que tem em comum?

Em segundo lugar, objetivou-se aprofundar a percepção acerca das condições materiais que estruturam as contradições motivadoras dos protestos. A par do propagado sucesso econômico, da emergência de *novas classes médias* (SCALON, Celi & SALATA, André, 2012) e do autoelogiado modelo de desenvolvimento social, o que de fato mobiliza milhões de pessoas a saírem às ruas e manifestarem imensa insatisfação? Será mesmo que a experiência de sucesso e bem-estar, mostrada nas estatísticas oficiais e econométricas, é a mesma experimentada pela população de maneira geral? Onde pode estar este descompasso?

Em terceiro lugar, pretendeu-se investigar de maneira mais profunda as raízes da formação do Brasil, sua cultura política e societária. Será que é possível identificar nesses elementos expressões contemporâneas de uma mesma condição pré-moderna? Esses traços da *brasilidade*, que de resto dialogam num espaço social mais amplo da lusofonia, seriam ao mesmo tempo, sinalizadores e limitadores do avanço social? Tais traços poderiam subsistir à implantação

de uma institucionalidade avançada, como a que o Brasil tem aparentemente realizado após a Carta de 1988?

Por fim, qual seria então a marca do processo de transformação social brasileiro? As manifestações instauraram um novo tempo? Quais seriam esses efeitos desejados? Quais são esperados? O que são e foram as manifestações e o que elas representam / representarão para a história e para a sociedade brasileira? (e também para outras sociedades que experienciam processos similares). Tais questões ainda estão em aberto e em disputa na sociedade. O que se abstrai da análise é a necessidade de redescoberta do Brasil e sua interpretação. A mobilização de argumentos e chaves tradicionais não se mostram capazes de analisar a dinâmica social que se desenvolve numa sociedade que ao mesmo tempo se apresenta aparentemente moderna e opera funcionamentos *pré-modernos* ou *semicoloniais*. O reiterado recurso a chaves clássicas carece de reflexão original capaz de articular a necessária empiria dos fatos e processos com nova imaginação sociológica, criativa e aberta a hipóteses diferentes. O que se tem observado nos últimos anos não é um processo linear, semelhante ao visto em outras sociedades em diferentes períodos históricos. Não é um simples processo retardatário. Trata-se de um processo dialético e original. De outro lado, não há também uma teleologia definida ou horizonte pré-determinado. Percepções otimistas podem ser encorajadoras, mas o que se observa de fato é uma sociedade fragmentada em suas clivagens sociais; uma institucionalidade aparentemente moderna, mas que opera de forma conservadora, arcaica, reacionária e com traços aristocráticos reproduzidos e reiterados; uma democracia incipiente e já duramente vilipendiada por golpes duros e sucessivos, que se afasta da população, se outorga privilégios e não aponta cenários promissores. Demanda-se uma análise original, desprendida de arcabouços pré-constituídos e ancorada em larga empiria sociológica, para que seja possível identificar e analisar as raízes materiais deste processo e seus possíveis desdobramentos.

Abstract:

“It was not for R\$0,20”. The Brazilian streets in June 2013 surprised the political structure and its scholars. Traditional models of explanation were contested and hence started a challenge to investigate the materials basis of this process, its meaning, and possible prognosis. Through secondary data analysis, social and economy indicators, elections’ results, and interpretation of the main facts that describe this conjuncture, this paper advances in new arguments and proposes hypothesis about “street occupation” as a political action strategy and its conservative reactions.

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

Keywords: Social Movements, Political Reform, Conservadorism, Brazilian Social Thinking, June Journey.

Referências Bibliográficas:

- AGOSTINE, C. **FIESP oferece filé mignon a manifestantes pró-impeachment na Paulista.** Valor, São Paulo, 17 mar. 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4486600/fiesp-oferece-file-mignon-manifestantes-pro-impeachment-na-paulista>. Acesso em: 04 ago. 2016.
- CANO, I. Aos inimigos, a lei. El País, 16 jul. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/16/opinion/1468686540_779382.html. Acesso em: 04 ago. 2016.
- CARDOSO, F. H. **Luz no fim do túnel?** 05 jun. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/05/opinion/1465132272_208789.html. Acesso em: 04 ago. 2016.
- CASTORIADIS, Cornelius et al. **A Criação Histórica.** Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade.** 7ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius. **L’Institution imaginaire de la société.** Paris: Seuil, 1975.
- DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1991.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 5ª ed. Porto Alegre, Globo, 1979.
- GONÇALVES, G. *et all.* **Manifestantes se reúnem em São Paulo para pedir impeachment de Dilma.** G1, São Paulo, 13 mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/manifestantes-chegam-av-paulista-para-pedir-impeachment-da-dilma.html>. Acesso em: 04 ago. 2016.

HIRSCH, Fred. **Social Limits to Growth**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

IPEA. **Taxa de Desemprego**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38401>. Acesso em: 04 ago. 2016.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a Morte e o Morrer**: o que os doentes têm para ensinar a médicos enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOPES, P.; SEGALLA, V. **Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment**. UOL, São Paulo, 27 mai. 2016. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em 04 ago. 2016.

MAGALHÃES, Raul. *A reinvenção da Potentia*. **Boletim do Centro de Estudos Direito e Sociedade** (CEDES), jul-set/2013, pp 22-26. Disponível em: http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/PDF/julho_2013/Artigo%20-%20Raul%20Francisco%20Magalhaes.pdf. Acesso em 04 out. 2016.

MANIFESTAÇÕES pelo Brasil. G1. S/d. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acesso em 04 ago. 2016.

MPL suspende novas manifestações em São Paulo. Folha de São Paulo. São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em 04 ago. 2016.

OLIVEIRA, A. Sociedade não acredita no Temer, mas está cansada de se mobilizar. El País, São Paulo, 13 jul. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/08/politica/1468009122_306941.html. Acesso em: 04 ago. 2016.

Os 17 alvos de Dilma e Temer na batalha final do impeachment no Senado. El País, Brasília, 06 jul. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/07/politica/1467844647_479336.html. Acesso em: 04 ago. 2016.

PNUD. **A Democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2016.

CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22 (2016) Jul/Dez., pp. 1-159.

QUEDA da massa salarial já é maior que na da crise de 2003. 03 jul. 2015. Disponível em: <http://www.cnf.org.br/noticia/-/blogs/queda-da-massa-salarial-ja-e-maior-que-na-da-crise-de-2003>. Acesso em 04 de ago. 2016.

QUEM é a nova Direita? Agência Pública, 2 mai. 2016. Disponível em: <http://apublica.org/2016/05/quem-e-a-nova-direita/>. Acesso em: 05 ago. 2016.

RAMALHOSO, W. É preciso acabar ou reduzir o foro privilegiado no Brasil. UOL, São Paulo, 23 mai. 2016. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/23/e-preciso-acabar-ou-reduzir-o-foro-privilegiado-no-brasil-diz-barroso.htm>. Acesso em: 04 ago. 2016.

ROSSI, M. **Aprovação do governo Temer é de 13% e maioria não vê diferença com o governo Dilma.** El País, São Paulo, 1 jul. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/01/politica/1467377006_399517.html?rel=mas. Acesso em: 04 ago. 2016.

RUFFATO, L. **O estranho silêncio das ruas.** El País, 22 jun. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/22/opinion/1466595886_292025.html. Acesso em: 04 ago. 2016.

SCALON, C. *Juventude, Igualdade e Protestos.* **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 02: jul. dez. 2013

SCALON, Celi; SALATA, André. *Uma nova classe média no Brasil da última década: O debate a partir da perspectiva sociológica.* **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 387-407, Aug. 2012.

SCHWARTZMAN, S. **Pelo fim do presidencialismo imperial.** 12 abr. 2016 <http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=5411&lang=pt-br>. Acesso em 04 ago. 2016.

SOUSA, N.; CARAM, B. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964. O Estado de São Paulo, São Paulo, 06 out. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>. Acesso em: 04 ago. 2016.

VEJA pesquisa completa do Ibope sobre manifestantes. G1. São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>.

VIANNA, Luiz Werneck. **A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto: 2011.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro. Revan, 1997 (2ªed, 2004).

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC – Lula**. Rio de Janeiro, Revan: 2006.

WRIGHT, Eric. Olin. **Classes**. New York, Verso: 1985.